

1

Introdução

O tema economia solidária nunca esteve tão presente no debate acadêmico e na realidade brasileira como no atual contexto histórico. No Brasil, a economia solidária ganha popularidade, particularmente, quando o atual governo Luiz Inácio Lula da Silva, com trajetória política de esquerda, assume a Presidência da República em 2003 e atribui à economia solidária estatuto de política pública federal no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego/MTE. Entretanto, como veremos, o ressurgimento recente da economia solidária se apresenta como objeto de controvérsias teóricas e políticas.

Diante desse tema complexo e de extrema relevância no debate contemporâneo, em referência à crise no mundo do trabalho, no contexto da reestruturação das relações sociais engendradas pelo sistema do capital, este estudo objetiva, através de uma leitura crítica, analisar os processos de trabalho que se constituem nas ambigüidades das unidades produtivas de economia solidária, e suas potencialidades na constituição de uma nova sociabilidade.

Nossa hipótese central apóia-se na abordagem que examina a dinâmica dos processos de trabalho de economia solidária que surgem diante da necessidade econômica, mas que se sustentam através do processo de aprendizagem das experiências vivenciadas pelos trabalhadores associados. Nesse aspecto tomamos como referência as contribuições de Thompson (1981), ao considerar a centralidade da experiência na perspectiva dos sujeitos históricos, o que, nessa direção, ultrapassa qualquer definição estreita de determinação estrutural sobre a vida dos homens.

As contribuições de Mészáros (2005) também foram fundamentais para pensarmos esses processos a partir de uma concepção ampla da educação, para além dos espaços formais, considerando a aprendizagem sob a perspectiva de processos contínuos que se desenvolvem também nos espaços informais da vida cotidiana. Daí decorre a importância de compreender os processos educativos que se constituem no interior das práticas produtivas de economia solidária e suas potencialidades.

Em Gramsci buscamos aportes teóricos para compreender que o conjunto das relações sociais capitalistas envolve uma realidade em movimento, por isso construída a partir das

relações que se estabelecem entre a sociedade civil e sociedade política. Nessa perspectiva, Gramsci nos informa sobre os elementos referenciais para refletir sobre a construção de um projeto de sociedade, na direção da formação de novos sujeitos sociais, a partir da elucidação da categoria classes subalternas em nossa análise.

Em outros termos, este estudo volta-se para a análise de experiências de trabalho construídas em bases associativas de caráter democrático, que podem adquirir a dimensão política na medida em que se articularem a movimentos sociais mais amplos. Essa articulação decorre de uma integração dessas unidades produtivas de economia solidária nos espaços que possibilitam compartilhar as experiências e lutas das classes subalternas.

Um dos espaços privilegiados que vem articulando, no estado do Espírito Santo, essas experiências no campo da economia solidária é o Fórum de Economia Popular Solidária do Espírito Santo (FEPS). Criado em 2001, o FEPS surgiu da necessidade de se constituir uma rede local de apoio às unidades produtivas de economia solidária que já existem e àquelas que buscam se constituir com base nos princípios da Economia Solidária. O FEPS é formado por representantes de entidades de fomento à economia solidária como: universidades, faculdades, igrejas, governos municipais, estadual e federal, organizações não-governamentais, sindicatos, entidades de classe, entre outras organizações da sociedade civil, e as próprias unidades de Economia Popular Solidária, sejam elas cooperativas, associações ou grupos informais.

Dentre outras, as ações do FEPS voltam-se para oferecer informações aos grupos de pessoas interessadas em saber sobre cooperativas e associações populares; organizar e executar ações para o fortalecimento da Economia Solidária no Estado, tendo em vista o desenvolvimento sustentável; proporcionar a troca de experiências e a ajuda mútua entre os participantes das unidades de economia solidária.

Atualmente, muitas entidades participam do FEPS, entretanto se destacam o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra/CDDH; Cáritas Arquidiocesana de Vitória e a Associação de Educação Católica /AEC. Neste segundo semestre de 2007, o FEPS vem retomando uma articulação com a Universidade Federal do Estado do Espírito Santo/UFES que, em função de mudanças do corpo docente, no período de 2002 até este ano de 2007 teve pouca participação nas ações do fórum. Cabe destacar que esse apoio das entidades

acima referidas às unidades produtivas de economia solidária no Espírito Santo volta-se particularmente para a articulação/mobilização dos grupos, assim como para o processo de formação e capacitação em torno da discussão da economia solidária.

A prática de economia solidária como um movimento ressurgiu, recentemente, na realidade brasileira e está associada, particularmente, às transformações societárias a partir dos anos 1990. Cabe assinalar que este movimento revela-se como um campo de debate extremamente complexo e contraditório, pois, no plano imediato, é traduzido como estratégia de sobrevivência das classes subalternas diante do desemprego, além de se inscrever também dentre as novas modalidades de assalariamento do capital. No plano mediato, sem desconsiderar o contexto da globalização neoliberal, há uma produção acadêmica recente que defende que a economia solidária se constitui como um dos movimentos sociais populares, pautada em práticas que propõem uma perspectiva do trabalho voltada para a construção de uma nova cultura. Dessa forma, nos anos 1990 as experiências dessa natureza ganharam expressão em vários espaços da realidade brasileira, através do apoio de igrejas, sindicatos, Organizações Não Governamentais, assim como dos próprios órgãos do governo.

Mas é em 2003, quando assume a Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva, que a economia solidária ganha estatuto de política pública. Através da Lei 10.683 de 28/05/2003, Decreto 4764 de 24/06/2003 é criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária/SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego/MTE. Concomitantemente, cria-se o Fórum Brasileiro de Economia Solidária/FBES, principal articulador entre os três segmentos do movimento de economia solidária no Brasil: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento, e gestores públicos.

Assim como a própria temática da economia solidária é recente na realidade brasileira, vale ressaltar que nossa inserção e trajetória acadêmica no campo da economia solidária também é nova. Entretanto, as discussões em torno da categoria trabalho sempre estiveram relacionadas às nossas propostas de pesquisa. Desde a graduação em Serviço Social na UERJ (1993), passando pelo Curso de Especialização em Políticas Sociais/UERJ (1996) até o mestrado em Serviço Social na PUC/RJ (1998), todas as pesquisas estiveram relacionadas às discussões em torno das questões do mundo do trabalho.

A pesquisa na área da economia solidária decorre do acúmulo das discussões sobre a centralidade da categoria trabalho, mas principalmente de inquietações nos últimos anos, suscitadas na preparação das aulas e discussões na disciplina: Relações Sociais e Trabalho, ministrada de 2002 a 2004 na Faculdade Salesiana de Vitória/ES. O debate em torno do ajuste estrutural da economia capitalista e seus impactos sobre as condições de vida e trabalho das classes trabalhadoras nos motivou a identificar e analisar as estratégias utilizadas, particularmente pelas classes subalternas, para enfrentar esse processo de exclusão do mundo do trabalho.

A partir do cenário das transformações societárias em curso nos anos 1990, a disciplina ministrada na área do trabalho nos possibilitou uma aproximação do tema da economia solidária. Diante do agravamento das expressões da questão social, objeto de intervenção do assistente social, começamos a problematizar, nos espaços de sala de aula, a questão do desemprego e as formas de intervenção utilizadas pelos profissionais de Serviço Social para seu enfrentamento.

Em 2002 começamos, juntamente com os alunos, através dessa disciplina, Relações Sociais e Trabalho, a agendar visitas a algumas unidades produtivas de economia solidária no estado do Espírito Santo. Nesse movimento de aproximação do campo da economia solidária, muitas questões foram suscitadas, por nós e também pelos alunos. A primeira, que de imediato nos despertou a curiosidade, foi compreender o ressurgimento das cooperativas, enquanto uma “alternativa” ao desemprego. Essa preocupação se justificava na medida em que nossas primeiras visitas mostravam que a questão da viabilidade econômica parecia não se materializar naquelas práticas.

Entretanto, percebemos nos depoimentos dos trabalhadores inseridos nessas práticas que alguma coisa os fazia persistir pois, ao mesmo tempo em que se mostravam desanimados com a falta do retorno financeiro, também se mostravam empolgados no cotidiano de trabalho. Afinal, por que fazer parte de uma atividade produtiva, criada para enfrentar o desemprego, mas que não possibilitava aos seus integrantes o retorno econômico esperado? Sequer o retorno econômico para suprir as necessidades da própria sobrevivência? A partir daí muitas indagações e inquietações sobre as mudanças no mundo do trabalho e o crescimento das cooperativas nos motivaram a participar do processo seletivo do doutorado em Serviço Social.

Em 2003, mesmo período em que o doutorado foi iniciado, participamos das plenárias do Fórum de Economia Popular Solidária do Espírito Santo/FEPS, a convite de uma ex-aluna do curso de Serviço Social. Naquele espaço fomos nos aproximando das discussões sobre a economia solidária e percebendo o significado da mesma para os sujeitos envolvidos nessas práticas. E percebemos naquele espaço de discussão como se constituíam processos educativos que possibilitavam às pessoas se posicionarem, trocarem idéias sobre o trabalho nas cooperativas e sobre as políticas sociais voltadas para a área. Enfim, constituía-se um espaço de debate, a partir de posicionamentos diversificados que envolviam o mundo do trabalho, mas também o extrapolavam.

Em 2004, enquanto professora da Faculdade Salesiana de Vitória, e a convite da Delegacia Regional do Trabalho/DRT do Estado do Espírito Santo, órgão que representa a SENAES/MTE nos estados brasileiros, fizemos parte da Comissão Gestora Estadual (CGE) do Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária – SIES. Aqui cabe esclarecer que o SIES foi desenvolvido pela SENAES em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária/FBES com o objetivo de criar um banco de dados da economia solidária em todo o território brasileiro, através da identificação e registro de informações sobre as unidades produtivas de economia solidária e suas entidades de apoio. Para a implantação desse sistema, no ano de 2004, começaram a ser organizados em todo o Brasil os procedimentos necessários para a realização do mapeamento dessas unidades produtivas e das entidades de apoio. Na organização do mapeamento, no estado do Espírito Santo, participamos, na qualidade de coordenadora da pesquisa, das Fases I e II do mapeamento.

Foi nesse processo que, em 2005, participamos da coordenação desta pesquisa na Fase II do mapeamento da economia solidária no estado do Espírito Santo. Na ocasião, foi formada uma equipe composta de 12 alunos/pesquisadores para aplicação dos questionários em todas as unidades de economia solidária no Espírito Santo. Assim, no período de julho a dezembro de 2005 realizamos o mapeamento no estado, totalizando 281 (duzentos e oitenta e uma) unidades de economia solidária. Devido à não conclusão do mapeamento no período previsto, vários estados brasileiros hoje estão executando a Fase III do mapeamento no campo da economia solidária, inclusive o Espírito Santo.

Com o cuidado de não cairmos num processo de ideologização, na ilusão de que pudéssemos encontrar na realidade tipos puros de trabalho, que respondessem às necessidades humanas ou à lógica do capital, a abordagem da economia solidária nesta

tese, em referência às transformações no mundo do trabalho desencadeadas pela lógica capitalista, toma por base centralmente a análise dos processos de trabalho no campo da economia solidária e os processos de aprendizagem que se materializam nessas práticas produtivas no atual contexto histórico. Considera também os aspectos políticos que norteiam as potencialidades da economia solidária como um dos espaços que sinalizam para a construção de uma nova sociabilidade.

Partiu-se então de uma revisão bibliográfica sobre o debate contemporâneo da economia solidária e o seu ressurgimento na realidade brasileira no contexto das transformações societárias dos anos 1990, quando as práticas de economia solidária corroboram a nova ordem da globalização neoliberal. Esse processo envolveu também o levantamento e análise de documentos normativos, informativos e legislações sobre a economia solidária.

A técnica de observação participante nas plenárias do Fórum de Economia Popular Solidária do Espírito Santo, nos seminários, conferências e feiras nos possibilitou maior imersão na dimensão empírica do tema, e sua relação com os aspectos teórico-práticos presentes no debate atual. Isso nos permitiu considerar com maior fidedignidade o olhar dos sujeitos envolvidos nessas práticas produtivas. Os dados disponibilizados pela SENAES/MTE sobre o mapeamento realizado junto às unidades produtivas de economia solidária no Brasil e no estado do Espírito Santo também foram tomados como fonte de pesquisa, com o objetivo de caracterizar o quadro atual da economia solidária.

Neste sentido a pesquisa de campo foi desenvolvida em duas fases. Num primeiro momento buscamos caracterizar a economia solidária no Brasil e no Estado do Espírito Santo através dos dados disponibilizados pela SENAES/MTE, que têm como fonte o primeiro Atlas da Economia Solidária no Brasil lançado em 2006. Estes dados estão disponíveis também no site do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária/SIES: www.sies.mte.gov.br. Hoje esses dados foram alterados em função da continuidade do mapeamento, que ainda prossegue em várias regiões do território brasileiro.

Com o objetivo de obter um panorama geral da realidade dessas unidades produtivas no Brasil e no estado do Espírito Santo diante das transformações no mundo do trabalho, privilegiamos alguns dados, como o crescimento dessas unidades produtivas nos anos 1990, as formas de organização, os motivos de criação, a remuneração média obtida, as atividades realizadas de forma coletiva, entre outros.

Num segundo momento da pesquisa de campo, buscamos, sob o ponto de vista das experiências vivenciadas pelos trabalhadores associados, a análise qualitativa da direção político-econômica da dinâmica dos processos de trabalho nas unidades de economia solidária e suas potencialidades na constituição de uma nova sociabilidade. Para isso foram realizadas entrevistas semi-estruturadas junto a 10 (dez) unidades produtivas de economia solidária situadas no estado do Espírito Santo.

Nesse processo, nos debruçamos sobre a apreensão dos sujeitos sociais envolvidos nessas práticas, privilegiando a análise de alguns aspectos, como as diferenças vivenciadas numa unidade de economia solidária e numa empresa capitalista, indagando sobre o que a forma de trabalho desenvolvida através das cooperativas tem possibilitado à vida dos trabalhadores, quais as principais transformações nas relações sociais de trabalho vivenciadas nessas práticas, as formas de gestão coletiva e os mecanismos utilizados para que ela se desenvolva, assim como os processos de formação desenvolvidos nos espaços das unidades produtivas. E por fim buscamos apreender a concepção que os trabalhadores têm do trabalho a partir da inserção nas unidades da economia solidária.

Nessa segunda fase da pesquisa de campo, buscamos também analisar o papel das principais entidades de apoio que vêm participando das ações desenvolvidas junto às unidades produtivas de economia solidária no estado do Espírito Santo. Para a definição dessas entidades privilegamos aquelas que têm participação efetiva no FEPS e participaram da organização das três feiras estaduais de economia solidária, assim como do mapeamento da SENAES. A partir destes critérios selecionamos quatro entidades de apoio para a realização das entrevistas, quais sejam: a Cáritas Arquidiocesana de Vitória, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra, a Associação de Educação Católica do Espírito Santo e a Delegacia Regional do Trabalho/ES.

Diante das contradições e ambigüidades que atravessam o tema da economia solidária esta tese foi estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo volta-se para a problematização do ressurgimento da economia solidária no Brasil diante das transformações societárias dos anos 1990 – tempo em que buscamos situar as principais polêmicas que norteiam o debate contemporâneo do tema.

No contexto da globalização neoliberal, de imediato, o desemprego aparece como a questão central que determina a inserção dos segmentos das classes subalternas nas práticas de economia solidária. Essas práticas aparecem primeiramente como uma estratégia de sobrevivência diante do processo de exclusão social a que esses segmentos

são submetidos. Entretanto, o desemprego é entendido enquanto processo constitutivo da crise das relações sociais entre capital e trabalho. Dessa forma, as atividades não assalariadas, onde se inclui também a economia solidária, estão articuladas diretamente à funcionalidade da produção capitalista, embora possam ser compreendidas também como instância de produção de novas práticas, em que o trabalho é marcado por um novo sentido na vida dos sujeitos sociais, a partir de sua perspectiva emancipatória. Entretanto, é neste movimento contraditório que é preciso considerar que a expansão do cooperativismo no Brasil se insere na dinâmica da expansão do núcleo da produção capitalista. Mas está associada também a um movimento embrionário na busca de uma dimensão emancipatória do trabalho.

A relação acima expressa a complexidade do tema. Assim, no debate atual buscou-se explicitar as imprecisões conceituais da economia solidária, diante da diversidade de conceitos para expressar essas atividades. No debate contemporâneo duas tendências serão ressaltadas: por um lado, autores como Singer (1998; 2002; 2003 e 2006) e Tiriba (1997; 1998; 2001; 2004 e 2005), em que, guardadas as suas especificidades, a ênfase da análise está na perspectiva da economia solidária como um dos espaços de criação de uma nova cultura do trabalho; e outros como Tavares (2001; 2004) e Antunes (1995; 1999; 2005; 2006), em que a ênfase na perspectiva do cooperativismo está mais relacionada a uma atividade não assalariada que, diante do novo ajuste estrutural, passa a ser incorporada à funcionalidade do capital.

Outro elemento teórico em referência às unidades produtivas de economia solidária diz respeito à perspectiva emancipatória do trabalho, supostamente marcada por formas de organizar a produção, a distribuição e o crédito a partir de princípios solidários, como cooperação, gestão coletiva e autogestão. Este é um ponto de análise extremamente complexo, pois, ao mesmo tempo em que as práticas de economia solidária têm como princípio a oposição à lógica capitalista, nela se inserem. Essa perspectiva vai marcar os aspectos contraditórios que a todo momento estarão postos no debate.

No segundo capítulo buscamos dar ênfase à centralidade do trabalho na contemporaneidade, com referência às transformações societárias em que se configura uma nova ordem do capital. Tomamos como arcabouço teórico desta análise a noção de work e labor, considerando que tal abordagem teórico-metodológica tem como base que a perspectiva histórica do trabalho deve ser considerada em seus dois aspectos: tanto como execução de um trabalho que é parte orgânica da vida cotidiana (labor), como atividade do

trabalho que é uma objetivação diretamente genérica (work). Nesse ponto, buscamos reforçar a centralidade do trabalho a partir de suas formas mais complexas, diante de uma nova ordem do capital, decorrentes da acumulação flexível e do neoliberalismo.

No terceiro capítulo, voltado para um breve resgate das Políticas de Emprego e Renda nos anos 1990, buscamos situar a Economia Solidária como proposta política do atual governo Lula da Silva, particularmente com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária/SENAES em 2003. A partir deste contexto caracterizamos o quadro da economia solidária no cenário brasileiro e no estado do Espírito Santo. Para isso utilizamos os dados do Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária/SIES. Como mencionado, esta se constitui na primeira fase da pesquisa de campo. Esses dados nos possibilitaram identificar e analisar alguns elementos relacionados às formas de organização dos grupos, o ano em que o grupo iniciou as atividades produtivas, o motivo para a criação do grupo, entre outros elementos que se inserem na análise do crescimento das unidades produtivas de economia solidária no contexto das atuais transformações societárias.

Por último, no quarto capítulo coloca-se o desafio de uma aproximação crítica sobre as potencialidades dos espaços que se constituem como processos de trabalho das unidades de economia solidária na constituição de uma nova sociabilidade. Para isso, a análise dos processos educativos que nascem a partir dessas práticas produtivas revela um resultado significativo, devido ao caráter extra-econômico que a inserção nessas práticas tem resultado para as classes subalternas. Aqui a abordagem adotada assume como foco a relação educação/trabalho, que se apóia, nos termos de Mészáros (2005), na concepção de educação continuada. Na apreensão dessa análise, tomamos como ponto central na pesquisa de campo a fala dos trabalhadores inseridos nas 10 (dez) unidades produtivas de economia solidária selecionadas no estado do Espírito Santo. Dessa forma, através de um roteiro de investigação, buscamos apreender a concepção dos trabalhadores sobre questões que envolvem a dimensão material e social dos processos de trabalho que vigoram nessas práticas.

Neste horizonte, a proposta de analisar os potenciais extra-econômicos da economia solidária é, neste estudo, menos associada à idéia de realçar uma virtude intrínseca às suas práticas, do que à idéia de recuperar o sentido do trabalho, na perspectiva da construção de uma nova sociabilidade supostamente inerente ou ausente à economia solidária, que muitos autores apontam como elemento constitutivo na emancipação pelo trabalho.